



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle - CFFC

REQUERIMENTO N° , DE 2012
(Do Sr. Fernando Francischini)

Requer seja realizada reunião de Audiência Pública com o Senhor Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES, para discutir a possível compra da empresa Delta Engenharia pela Holding J&F, no qual o BNDES é sócio com 31% de capital público.

Senhor Presidente

Nos termos do Art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, seja convidado a comparecer a este órgão técnico, em reunião de Audiência Pública, o Senhor Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES, para discutir a possível compra da empresa Delta Engenharia pela Holding J&F, no qual o BNDES é sócio com 31% de capital público.

JUSTIFICAÇÃO

Notícias publicadas na mídia denotam um possível interesse da Holding J&F em comprar a empresa Delta Engenharia. Imperioso dizer que, a Holding possui 31% de investimentos de capital do BNDES, que por sua vez, nada mais é que um sócio público da referida Holding. Veja abaixo a íntegra da matéria extraída de <http://josiasdesouza.blogosfera.uol.com.br/2012/05/09/com-31-da-if-o-bndes-vira-socio-da-delta/>:



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle - CFFC

Com 31% da J&F, o BNDES vira ‘sócio’ da Delta

Josias de Souza



Nos relatórios da Operação Monte Carlo, a Polícia Federal levanta a suspeita de que Demóstenes Torres é “sócio oculto” da Delta Construções. Em petição ao STF, a Procuradoria da República encampou a expressão. Refugada pelo senador, a posição de sócio da encrenca está prestes a ser assumida pelo BNDES.

Levada ao balcão pelo empreiteiro Fernando Cavendish, a Delta despertou o interesse da J&F Holding, controladora do frigorífico JBS-Fribri. Espera-se para esta quarta (9) a veiculação dos detalhes da transação.

O BNDES detém 31% do capital da J&F. O que faz do bom e velho bancão oficial de fomento um candidato involuntário a sócio da sexta maior construtora do país. Uma empresa varejada pela PF no Cachoeiragate.

Conforme já noticiado aqui, participa da operacionalização do negócio Henrique Meirelles. Ex-presidente do Banco Central nas duas gestões de Lula, Meirelles comanda o conselho administrativo da J&F. E deve presidir também a Delta.

O dinheiro público do BNDES foi empurrado para dentro da escrituração da J&F ainda sob Lula. A coisa começou em 2009. Num lance, o JBS-Fribri, maior produtor de carne bovina do planeja, recebeu aporte de R\$ 3,2 bilhões. Noutro, o BNDES injetou R\$ 2,5 bilhões no frigorífico Bertin, adquirido pelo Fribri.

Numa terceira passagem, a pretexto de cruzar as fronteiras do disputado mercado dos EUA, a casa de carnes emitiu R\$ 3,4 bilhões em debêntures. O BNDES adquiriu 99,9% desse papelório.

Sediado em Goiás, mesmo Estado que serve de base para os negócios ilícitos de Carlinhos Cachoeira, o JBS-Fribri é um empreendimento da família Batista. A face mais visível da árvore genealógica é José Batista Júnior.

Chamam-no de Júnior do Fribri. No ano passado, filiou-se ao PSB do governador pernambucano Eduardo Campos. Cultiva o sonho de candidatar-se a governador de Goiás em 2014.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle - CFFC

Capitalista à brasileira, Júnior optou pelo socialismo de resultados de Campos porque deseja disputar o governo goiano com o apoio do petismo, de Dilma Rousseff e, se der, também de Lula.

É no mínimo estranho que uma empresa pública (BNDES) financie a compra de uma empresa que teve um crescimento astronômico, sendo hoje a 6ª maior construtora do Brasil, além de ser a empresa que mais fatura com o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e tem hoje seus negócios e contratos investigados por uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI e pelo próprio Tribunal de Contas da União – TCU, que inclusive já apontou diversas irregularidades em dezenas de contratos em diversos estados da Federação.

Justamente as contínuas desconfianças sobre a idoneidade da empresa Delta, faz com que haja total desvalorização das ações desta, se tornando um verdadeiro prejuízo para os cofres públicos o financiamento da compra pelo BNDES.

Pelo exposto, a Audiência Pública que ora requeiro é fundamental para o discutirmos o absurdo assunto em comento, além de desempenhar nossas atribuições constitucionais de acompanhamento e fiscalização das ações do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em _____ de _____ de 2012

**Deputado FERNANDO FRANCISCHINI
PSDB/PR**